

Artigo

A IMPRENSA PEDAGÓGICA E ESCOLAR NA ITÁLIA ENTRE O SÉCULO XIX E XX¹

Giorgio Chiosso²

RESUMO

O ensaio se desenvolve em dois níveis. Na primeira parte, ilustra-se as mudanças historiográficas que interessaram à Itália nas últimas décadas. Como aconteceu em outras partes da Europa, abriram-se novos campos de pesquisa interessados em explorar não somente a “escola ideal”, mas também, e sobretudo, a “escola cotidiana”. Na segunda parte, descreve-se os resultados de uma pesquisa realizada entre 1987 e 1997 destinada a revelar 1273 jornais escolares publicados na Itália entre 1820 (data de publicação da primeira publicação encontrada) e 1943, ano da queda do fascismo. A pesquisa demonstra que é possível, por meio da análise dos jornais escolares, proceder à reconstrução da história italiana sob diversos pontos de vista: aquele das estratégias adotadas pelas classes dirigentes e pelo Estado (a cultura escolar “alta”) e aquele da reflexão de origem docente (a cultura escolar da quotidianidade) realizada em diversos âmbitos, político-escolar e pedagógico, prático-didático, profissional, literário (em relação especialmente às leituras infantis), editorial, econômico.

Palavras-chave: imprensa pedagógica e escolar, Itália, século XIX, século XX.

¹ Tradução: Cláudia Vanessa de Jesus Loureiro Cescon.

² *Università di Torino (Unito)*, Turim, Itália.

LA PRENSA PEDAGÓGICA Y ESCOLAR IN ITALIA ENTRE LOS SIGLOS XIX Y XX

RESUMEN

El ensayo tiene lugar en dos niveles. La primera parte ilustra los cambios historiográficos que han afectado a Italia en las últimas décadas. Como ha ocurrido en otras partes de Europa, se han abierto nuevos campos de investigación, interesados en explorar no solo la "escuela ideal", sino también la "escuela diaria". En la segunda parte informan los resultados de una investigación realizada entre 1987 y 1997 con el objetivo de sacar a la luz los 1273 periódicos escolares publicados en Italia entre 1820 (fecha de publicación del primer periódico) y 1943, el año de la caída del fascismo. La investigación muestra cómo es posible, a través del examen de los periódicos escolares, proceder a la reconstrucción de la historia italiana a través de diferentes puntos de vista: el de las clases dominantes y del estado y el reflejo de la clase magisterial (la cultura escolar de la vida cotidiana) investigada a cabo en varios niveles, escolástico y pedagógico, práctico-didáctico, profesional, literario (especialmente en relación con lecturas infantiles), editorial, económico.

Palabras clave: prensa pedagógica y escolar, Italia, siglo XIX, siglo XX.

THE PEDAGOGICAL AND EDUCATIONAL PRESS IN ITALY BETWEEN THE NINETEENTH AND TWENTIETH CENTURIES

ABSTRACT

The essay takes place on two levels. The first part illustrates the historiographical changes that have affected Italy in the last decades. As has happened in other parts of Europe, new fields of research have opened up, interested in exploring not only the "ideal school", but also and above all the "daily school". In the second part he reports the results of a research conducted between 1987 and 1997 aimed at bringing to light 1273 school newspapers published in Italy between 1820 (date of publication of the first publication found) and 1943, the year of the fall of fascism. The research shows how it is possible, through the examination of school newspapers, to proceed with the reconstruction of Italian history through different points of view: that of the strategies put in place by the ruling classes and the State (the "high school" culture) and the reflection of the magisterial class (the school culture of everyday life) carried out on several levels, scholastic and pedagogical, practical-didactic, professional, literary (in relation especially to childhood readings), editorial, economic.

Keywords: pedagogical press, scholastic press, XIX century, XX century.

LA PRESSE PÉDAGOGIQUE ET D'ÉCOLE EN ITALIE ENTRE LE XIXÈME ET LE XXÈME SIÈCLE

RÉSUMÉ

L'essai se déroule à deux niveaux. La première partie illustre les changements historiographiques qui ont affecté l'Italie au cours des dernières décennies. Comme dans d'autres régions d'Europe, de nouveaux champs de recherche ont été ouverts, intéressés à explorer non seulement "l'école idéale", mais aussi et surtout "l'école quotidienne". Dans la deuxième partie, il rapporte les résultats d'une recherche menée entre 1987 et 1997 visant à mettre au jour 1273 journaux scolaires publiés en Italie entre 1820 (date de publication de la première publication trouvée) et 1943, année de la chute du fascisme. La recherche montre comment il est possible, à travers l'examen des journaux scolaires, de procéder à la reconstruction de l'histoire italienne à travers différents points de vue: celle des stratégies mises en place par les classes dirigeantes et l'État (la culture "lycée") et le reflet de la classe magistrale (la culture scolaire de la vie quotidienne) menée à plusieurs niveaux, scolaire et pédagogique, pratique-didactique, professionnelle, littéraire (en relation notamment avec les lectures d'enfance), éditorial, économique.

Mots-clés: presse pédagogique et d'école, Italie, siècle XIX, siècle XX.

LA STAMPA PEDAGOGICA E SCOLASTICA IN ITALIA TRA OTTO E NOVECENTO

SOMMARIO

Il saggio si svolge su due livelli. Nella prima parte illustra i cambiamenti storiografici che hanno interessato l'Italia negli ultimi decenni. Come è accaduto in altre parti d'Europa si sono aperti nuovi campi di ricerca interessati a esplorare non solo la "scuola ideale", ma anche e soprattutto la "scuola quotidiana". Nella seconda parte riferiscono i risultati di una ricerca condotta tra il 1987 e il 1997 volta a portare alla luce 1273 giornali scolastici usciti in Italia tra il 1820 (data di pubblicazione della prima pubblicazione reperita) e il 1943, anno della caduta del fascismo. La ricerca dimostra come sia possibile, attraverso l'esame dei giornali di scuola, procedere alla ricostruzione della storia italiana mediante diversi punti di vista: quello delle strategie messe in campo dalle classi dirigenti e dallo Stato (la cultura scolastica "alta") e quello della riflessione del ceto magistrale (la cultura scolastica della quotidianità) svolta su più piani, politico scolastico e pedagogico, pratico-didattico, professionale, letterario (in relazione specialmente alle letture infantili), editoriale, economico.

Parole chiavi: stampa pedagogica e scolastica, Italia, secolo XIX, secolo XX.

A IMPRENSA ESCOLAR E A HISTORIOGRAFIA EDUCATIVA E PEDAGÓGICA

A história da educação e da escola pode ser investigada sob diversos pontos de vista. Por muito tempo prevaleceram leituras projetadas a considerar as mudanças sobretudo por meio das propostas e das decisões daqueles que (instituições, políticos, homens de escola) agiram para orientar e guiar os comportamentos educativos. Os objetivos, as finalidades e a organização dos estudos foram, assim, estudados por meio da ação dos Estados nacionais para manter sob controle os cidadãos, mediante a individuação da tríade família-escola-igreja enquanto sujeitos principais para ordenar a vida associada e incrementar o saber, com o aprofundamento dos planos educacionais elaborados pelos estudiosos de pedagogia com o objetivo de vencer a ignorância e a baixa escolarização.

Nas últimas décadas estas modalidades de reconstruir o passado educativo se revelaram parciais e não mais suficientes. Adquiriram credibilidade e autoridade outros pontos de observação. Começou-se, assim, a analisar o fenômeno escolar no seu desenvolvimento cotidiano em relação aos seus aspectos quantitativos e qualitativos, prestou-se atenção à defasagem entre as ambições dos planejamentos pedagógicos e os resultados efetivamente obtidos, em uma palavra se passou da investigação baseada em teorias pedagógicas e em políticas escolares ao reconhecimento da vida escolar cotidiana conduzida em diferentes planos.

Esta passagem pode ser traduzida na seguinte indagação: por meio de quais micro e macro processos se realizou o disciplinamento das jovens gerações e ocorreu o seu acesso à alfabetização? A resposta requereu, como é óbvio, a busca de novas fontes e abriu fronteiras historiográficas inéditas, às vezes também um pouco maniqueístas devido a uma certa desconfiança difundida, quase prejudicial, em relação à história das ideias pedagógicas.

Também na Itália, a centralidade por muito tempo dada aos estudos de

filosofia da educação e à análise pedagógico-política dos modelos educativos e do desenvolvimento escolar foi gradualmente substituída por uma abordagem mais interdisciplinar capaz de valorizar as trocas entre pesquisadores de formação diferente como historiadores, psicólogos, sociólogos, economistas e estatísticos.

As pesquisas realizadas na imprensa pedagógica e escolar coincidem com esta importante transformação/evolução dos estudos histórico-educativos não só italianos.

Estudos como os de Philippe Ariès – para dar um exemplo –, pesquisas como as de Furet e Ozouf sobre o desenvolvimento da alfabetização e de Lawrence Stone sobre a formação da nobreza britânica do século XVII, análises pedagógicas como as de Neil Postman sobre o “desaparecimento da infância”, as indicações da *psychohistory* e dos *Women’s studies* não passaram em vão, especialmente entre os estudiosos mais jovens. Igualmente significativas foram as influências historiográficas provenientes, quase contemporaneamente, do reconhecimento também quantitativo vinculado à expansão da alfabetização e das análises histórico-econômicas realizadas em relação aos processos de escolarização.

Forte foi o impulso a valorizar também análises de outro gênero, além daquelas tradicionalmente provenientes da história pedagógica. Novas pistas de pesquisa se orientaram para o estudo da mentalidade e das práticas educativas, para o sentir comum que as alimenta e para as ações pedagógicas que as acompanham (aquela que, segundo alguns estudiosos, seria reunida sob a definição de “cultura escolar”³; outros estudiosos preferiram recorrer à metáfora da superação do “silêncio” imposto pelo conformismo pedagógico⁴).

No cenário historiográfico educativo italiano irromperam, conseqüentemente, temáticas de pesquisa até então inéditas ou escassamente consideradas e o convite a uma sempre mais acurada contextualização. Multiplicaram-se, especialmente, os estudos sobre protagonistas marginais (por

³ Convergência para esta definição, embora com alguma acentuação diferente, por exemplo, Julia (1995) e Escolano Benito (2005).

⁴ Cambi; Ulivieri (1994); Grovesnor; Lawn; Rousmaniere (1999).

exemplo, o mundo das meninas e das mulheres, a realidade dos sujeitos pobres, com deficiências) e sobre protagonistas já bem conhecidos (os meninos), mas considerados segundo novas perspectivas como o sentimento que acompanhara a sua presença social ou as dinâmicas relacionais adulto/menor questionadas por meio de dinâmicas psicanalíticas.

Muitas atenções atraiu também o papel social das instituições educativas (não somente a escola, mas também a família, as comunidades religiosas, etc.), posto no centro de numerosas e convergentes solicitações de proveniência disciplinar diversa, sociológica, estatística, política. Comum a diversos estudiosos foi o interesse em analisar, com novas leituras, um dos mais recorrentes princípios pedagógicos, isto é, a relação entre autoridade e liberdade, valendo-se também de documentos até aquele momento pouco considerados como, por exemplo, as narrativas infantis e/ou as leituras destinadas à infância.

Estas pistas de pesquisa – aqui apenas acenadas a título de exemplo – foram acompanhadas, especialmente na perspectiva da história escolar, da busca de novas fontes, além daquelas ordinariamente consideradas (leis e normas regulamentares, programas escolares, modelos organizacionais e didáticos). O objetivo era passar da “escola descrita” como ideal à “escola realizada” na quotidianidade do ensino. Foi neste contexto – aqui delineado em grandes linhas – que iniciou a pesquisa em jornais escolares na Itália, cujo desenvolvimento foi quase contemporâneo a pesquisas análogas conduzidas em outras partes da Europa como, por exemplo, na Holanda, França, Portugal, Grã-Bretanha.

É interessante destacar esta convergência temporal na qual se encontraram diversos estudiosos que agiam em contextos diferentes. Por que os jornais escolares pareceram a um número tão significativo de pesquisadores especialmente adequados para responder a algumas instâncias da nova historiografia?

A resposta deve considerar vários elementos acunados pelo fato de que os jornais escolares podem ser representados como a porta de uma sala que leva às tramas internas da vida escolar, fornecendo dados para revelar os seus

mecanismos menos evidentes. Pela imediatez das suas informações e a estreita relação com a quotidianidade da escola, eles oferecem uma confiável fotografia da escola de ontem. Quem tem a paciência de lê-los de modo continuado pode percorrer quase como em uma narrativa em capítulos a história de crianças, de professores, de culturas populares, de pequenas e grandes comunidades.

Por meio de aparatos didáticos, as páginas dos jornais descrevem, de fato, as modalidades de desenvolvimento do ensino, como são empregados os textos escolares, o uso dos primeiros e, muitas vezes, rudimentares subsídios escolares e as transformações que, ao longo do tempo, modificam as disciplinas escolares. Eles ajudam a compreender a transmissão do *ethos* popular e daquele oficial e a aprofundar as estratégias de disciplinamento. Os jornais são, enfim, fontes preciosas para conhecer as condições de vida dos professores e seguir a gradual evolução da profissão docente no seu real (e não só ideal) desenvolvimento. Sobretudo, documentam como os professores do ensino fundamental entram com dificuldade e, talvez, não plenamente, no grupo dirigente da nação. Não basta a sua dificuldade quotidiana no “refinar as plebes” para legitimá-los como parte da burguesia que importa.

Nos jornais escolares – bem como nos livros-texto (diremos algo mais adiante sobre a relação publicidade/editoração escolar) – pode-se, em suma, perceber a convivência de diversos pontos de vista, justamente como deveria acontecer na reconstrução histórica. Os documentos escolares são, de fato, um extraordinário cenário mediativo no qual lampejam traços da cultura pedagógica de formação acadêmica e se desenvolvem as práticas educativas e escolares quotidianas.

O patrimônio da imprensa pedagógica e escolar que emerge das pesquisas europeias se revelou uma verdadeira e própria mina inexplorada. Antes das pesquisas citadas, era difícil pensar que, depois de mais de um século de estudos e escavações sobre a história escolar, pudessem subsistir ainda fontes de dimensões tão conspícuas, quase compiladas, ainda mais sendo fontes de imprensa e não papéis manuscritos conservados em algum cantinho de arquivo.

O levantamento dos jornais escolares demonstrou que, com o acesso a esta fonte, também a história escolar italiana podia ser reconstruída de modos mais exaustivos e aderentes à realidade, em relação às grandes teorias e às decisões políticas que sempre, bem entendido, mantêm o seu peso, mas não exaurem as razões apresentadas para derrotar a ignorância.

As anotações que seguem têm um duplo objetivo: a) restituir os resultados de uma pesquisa realizada entre 1987 e 1997 que objetivava trazer à luz 1273 jornais escolares publicados na Itália entre 1820 (data de publicação do primeiro jornal encontrado) e 1943, ano da queda do fascismo⁵; b) demonstrar como é possível, por meio da análise dos jornais escolares, proceder à reconstrução da história italiana sob dois diferentes pontos de vista: aquele das estratégias usadas pelas classes dirigentes e pelo Estado (a cultura escolar “alta”) e a reflexão da classe docente (a cultura escolar da quotidianidade) realizada sob diversos âmbitos, político-escolar e pedagógico, prático-didático, profissional, literário (em relação especialmente às leituras infantis), editorial, econômico.

OS PRIMEIROS JORNAIS PEDAGÓGICOS E ESCOLARES

Não diferentemente do que ocorria em outros Estados europeus (França, Inglaterra, Alemanha), nas primeiras décadas do século XIX começou a se difundir também na Itália um novo gênero de publicação: os jornais pedagógicos e escolares. O fenômeno devia ser relacionado à difusão da escolarização e ao conseqüente aumento dos professores aos quais eram destinadas estas publicações. A atividade docente ia gradualmente se configurando como uma verdadeira e própria profissão – e não somente uma atividade muitas vezes

⁵ Para as publicações compreendidas entre o século XIX e 1943, este ensaio se baseia no repertório dos jornais pedagógicos e escolares – resultado de uma pesquisa realizada entre 1987 e 1997 que reuniu informações sobre 1273 títulos (CHIOSSO, 1997). Para as notícias individualizadas, relativas aos periódicos citados no texto, remete-se aos verbetes reunidos no repertório.

realizada ao lado de outras – e a multidão dos professores, uma realidade em expansão a ser vigiada atentamente para que a instrução, unida à educação, produzisse frutos benéficos.

As primeiras publicações periódicas italianas deste tipo surgiram em Florença e em Turim. Este duplo evento não era casual: em ambas as cidades eram particularmente ativas importantes tradições pedagógicas que remontavam a um bom tempo. Os estudiosos italianos empreenderam relações estreitas com a pedagogia franco-helvética de expressão iluminista (Rousseau, Pestalozzi, Necker de Saussure, Girard, Naville) e, em medida menor, com a austríaca (Milde, Peitl) e com a inglesa (mútuo ensino).

Entre 1820 e 1822, foi publicado em Florença o “Giornale d’educazione”, animado por um grupo de filantropos e aristocratas (entre os quais despontam os nomes de Gino Capponi, Cosimo Ridolfi e Francesco Maria Riccardi del Vernaccia) à época empenhados em apoiar e difundir o método do mútuo ensino, julgado uma excelente oportunidade para incrementar a alfabetização popular. Pouco depois, em 1823, em Turim, viu a luz “L’Educatore in famiglia”, um periódico de fisionomia didática e prática, quase inteiramente compilado por um professor, Giuseppe Anselmi. O objetivo do periódico, também este de breve duração (encerrou as publicações já em 1825), era fornecer a professores, preceptores privados, pais e mães de família, “noções ordenadas de modo graduado para as três idades da infância, da pré-adolescência e da adolescência” extraídas de alguns dos seus livros escolares publicados alguns anos antes.

É possível que, ao organizar “L’Educatore in famiglia”, Anselmi estivesse considerando uma publicação anterior existida em Turim por cerca de um ano, entre 1803 e 1804, a “Feuille Hebdomadaire de Turin” idealizada pelo ex-jesuíta frances Jean Joseph Rossignol para instruir professores e preceptores sobre os modos de utilizar os seus numerosos manuais organizados sobre diversas disciplinas. Pela primeira vez, Rossignol pensara no binômio jornal escolar/livros didáticos, solução editorial retomada por Anselmi e que, como se verá mais

adiante, estava destinada a se tornar uma prática comum.⁶

Entre o fim dos anos Trinta e a década seguinte, a imprensa pedagógica e escolar começou a assumir dimensões mais amplas e a representar diferentes tradições educativas. De fato, deve-se sublinhar, em benefício dos leitores não italianos, que também no campo escolar a história italiana é o fruto do entrelaçamento de histórias e culturas que se desenvolveram em diferentes contextos regionais. Somente no início do século XX – isto é, cerca de 50 anos após a unificação nacional – é possível identificar um sistema de instrução com características realmente nacionais, com a passagem das escolas primárias dos Municípios ao Estado. Sobre este ponto, retomaremos mais adiante.

Não é, portanto, surpreendente que jornais escolares tenham surgido nos mesmos anos em várias cidades italianas – e tenha contrariamente faltado a tentativa de criar um periódico de âmbito nacional – como Veneza (o “Istitutore elementare”, 1836-1837, depois 1851-1866), Roma (“L’Artigianello”, 1845-1848 e “L’Educatore”, 1847), Milão (“L’Educatore”, 1850-1860) e, ainda, Florença e Turim (“Guida dell’Educatore”, 1836-1845 e “L’Educatore primario”, 1845-1848).

Estes últimos dois foram também, neste caso, os mais significativos. O florentino “Guida dell’Educatore” se destacou pela notável qualidade pedagógica. O seu diretor, Raffaello Lambruschini, e os colaboradores mais importantes como Enrico Mayer, Nicolò Tommaseo, Pietro Thouar estavam em estreito contato com as experiências escolares de vanguarda na Europa e se esforçavam para buscar as novidades mais interessantes para transferi-las para a Toscana.

Ao redor do periódico de Turim “L’Educatore primario” reuniram-se intelectuais e professores de primeiro escalão na história escolar italiana como Domenico Berti, Carlo Bon Compagni, Domenico Capellina, Vincenzo Garelli, Giovanni Antonio Rayneri⁷. Turim estava, então, na vanguarda da modernização

⁶ Sobre o caráter antecipatório e inovativo da “Feuille Hebdomadaire de Turin” chamou a atenção Bianchini (2000).

⁷ Sobre estas duas importantes revistas – as mais significativas da primeira parte do século XIX – remeto aos ensaios de Gaudio (1989a; 1989b). Sobre “O Educador do Ensino Fundamental I” veja-se também Braido (1979).

da Itália. Em tal perspectiva, estas personalidades animaram o laboratório político-pedagógico onde foram discutidas e elaboradas as reformas que deslocaram da Igreja ao Estado a administração da escola. Esta decisão ganhou corpo pela primeira vez nas leis piemontesas de 1848. Este foi o contexto do modelo escolar que, após 1861, migrou de Turim e do Piemonte para toda a Itália.

ESCOLA E UNIDADE DA ITÁLIA

Uma vez alcançada a unidade política da península com a criação do Reino da Itália em 1861 – para o qual confluíram os estados regionais preexistentes – e intensificada a luta contra o analfabetismo, em poucos anos se multiplicaram os periódicos, na maioria destinados aos professores do Ensino Fundamental. Entre 1860 e 1866, de fato, foram publicados 35 jornais escolares em várias partes da Itália. Este tumultuado crescimento editorial era o resultado de um duplo processo, um mais direto e imediato, de caráter mais estreitamente pedagógico-profissional, e outro, ao invés, de tipo indireto, de natureza política mais ampla.

No que se refere ao primeiro, o aumento da escolarização infantil e adulta requereu, em pouco tempo, um grande número de professores. Logo, porém, ficou evidente que a sua preparação era bastante deficitária e era, por isso, necessário empreender iniciativas que preenchessem as suas lacunas. Os promotores da luta contra a ignorância pensaram que a fórmula do “jornal prático de instrução” pudesse representar um instrumento eficaz para tal objetivo. Era preciso acompanhar os professores no seu trabalho cotidiano para que os poucos anos passados na escola pelos alunos garantissem aqueles conhecimentos mínimos necessários para viver em uma sociedade que estava se tornando sempre mais alfabetizada.

Como o uso do adjetivo “prático” indicava, este gênero de publicação não se ocupava de “alta pedagogia”, mas respondia a expectativas concretas e a

exigências imediatas da profissão. Na seção didática, a mais conspícua e a mais lida, eram apresentados, distribuídas cotidianamente, atividades e lições a propor aos alunos: de língua e de aritmética (os problemas eram, frequentemente, apresentados com a solução), além de noções de história, geografia, ciências, leituras morais, ditados, modelos de correspondência. A análise dos exercícios e das leituras é extraordinariamente interessante porque permite captar os microprocessos didáticos por meio dos quais eram veiculadas as principais noções linguísticas e matemáticas e, por meio destas, os sentimentos de probidade, laboriosidade, fidelidade à Itália. Esta expressão que hoje nos parece tão simples e imediata em muitas partes da nação, especialmente no Sul, era quase desconhecida. Os jornais preferiam, por isso, falar de fidelidade ao Rei, uma realidade mais facilmente acessível.

Chegamos, assim, à outra razão do empenho em melhorar a qualidade profissional dos professores. Aqui, interceptamos o segundo processo que, embora indiretamente, representou um poderoso impulso em direção ao desenvolvimento da publicação docente. A este respeito é necessário abrir um amplo parêntese e invocar alguma passagem sobre a formação do Estado italiano.

A classe dirigente liberal que chegou ao poder com a Unificação da Itália identificou na escola, ao lado do exército e das cerimônias públicas, um dos instrumentos para legitimar o novo Estado nas consciências das classes populares. O problema da unificação dos italianos apresentou-se, logo, como um dos mais urgentes e prementes. Esta tarefa foi atribuída com grande ênfase aos professores, celebrados como os educadores da nação italiana. Para fazer os italianos era preciso antes “fazer os professores”. Somente assim se podia esperar criar uma consciência patriótica comum.

A criação do Reino da Itália foi, de fato, o mais célere êxito da vontade há muito tempo incubada pela Inglaterra e França de redimensionar o poder dos Asburgo da Áustria e avançar, por consequência, um efetivo movimento popular. A história da Itália fora até àquele momento uma história regional e somente as elites culturais se reconheciam em uma pátria “italiana”. A língua italiana, apesar

de ter uma extraordinária história, era a língua da classe culta. Para a grande maioria das classes subalternas, ela era uma língua desconhecida e estranha à vida cotidiana. Prevalciam os dialetos e as tradições populares locais e a única forma de unidade cultural era representada pela influência da Igreja e pela fé religiosa.

Diferenças notáveis se verificavam também a nível de classes cultas. O noroeste da Itália, por exemplo, olhava para a cultura francesa e era costume das famílias, não somente burguesas, em muitas regiões do Piemonte, falar habitualmente francês. Aqui tomou fisionomia a primeira tipologia de escola laica controlada pelo Estado, destinada a se tornar o modelo da posterior escola nacional. As regiões da Lombardia (Milão) e do Vêneto (Veneza) tinham estado por décadas sob a influência da cultura austro-alemã e os frutos da eficiente organização escolar do Governo Imperial de Viena podiam ser tangivelmente constatadas com a capilar difusão das escolas de Ensino Fundamental.

Muito mais atrasada era, entretanto, a situação no Sul da Itália onde uma pobreza mais difundida e a opção do governo do Reino das Duas Sicílias de deixar a instrução nas mãos da iniciativa privada estavam na base de um desenvolvimento escolar muito mais lento do que em outras regiões. Um caso particular, entretanto, representava a Toscana, a pátria da língua italiana, uma das regiões mais cultas da Itália, onde entre os anos Trinta e Quarenta do século XIX se desenvolvera uma pedagogia escolar progressista alinhada com o que acontecia nas realidades europeias mais escolarizadas como a Suíça e países de língua alemã. A “Guida dell’Educatore” que recordamos acima era, neste sentido, expressão desta cultura.

Na totalidade, a realidade escolar futura da Unidade era muito mais pobre do que nos maiores estados europeus e, sobretudo, bastante fragmentada no seu interior. Enquanto no Piemonte e na Lombardia, os alunos de 6 a 12 anos inscritos nas escolas primárias eram respectivamente 93 e 83 por cento, nas regiões do sul (Campânia, Apúlia, Calábria, Sicília) não chegava a 25. Análogo andamento se verificava para o analfabetismo adulto: 78 por cento registrado em

1861 era o êxito de uma média que oscilava entre 57 por cento do Piemonte e quase 90 por cento da Itália do sul.

Os jornais documentam que por detrás do reconhecimento da importância dos professores na construção da nação estava uma realidade bem menos nobre: os professores eram joguete das autoridades locais que muitas vezes não respeitavam as leis do Estado, eram mal pagos, obrigados a dar aula frequentemente em locais inadequados ou até mesmo insalubres. Não só: somente uma mínima parte dos professores e das professoras tinha feito cursos regulares de estudo, a maioria tinha chegado ao ensino ocasionalmente por meio do acaso, sem específica preparação pedagógica.

Neste contexto, os jornais escolares desempenharam uma ação que ultrapassou as características específicas de órgãos profissionais, tornando-se os protagonistas dos debates que acompanharam o desenvolvimento escolar na segunda metade do século XIX. Justamente por estas características de sustentação dos processos de secularização e de promoção da ideia de italianidade entre as classes populares, os periódicos, para os professores, como já se acenou, foram amplamente os mais difundidos.⁸

De acordo com os dados recolhidos em 1873 pelo bibliotecário Giuseppe Ottino sobre a imprensa periódica italiana, os jornais escolares publicavam semanalmente quase 21 mil cópias (para alguns títulos, entretanto, não era indicada a tiragem) (OTTINO, 1875). Os professores em serviço eram, então, pouco mais de 45 mil e, portanto, saía em média uma cópia para cada dois

⁸ Apesar do grande número de jornais escolares publicados após 1861, somente poucos conseguiram, entretanto, durar no tempo e ter uma circulação não só municipal: “L’educatore italiano” de Milão (1861-1885), “L’Amico delle scuole popolari” de Nápoles (1861-1876) e os jornais de Turim “L’Istitutore” (1852-1894), “La Guida del maestro elementare italiano” (1864-1897) e “L’Osservatore scolastico” (1865-1899). Em agosto de 1863 saiu em Florença também o primeiro periódico para as professoras, “L’Educatrice italiana, giornale per le scuole femminili e le famiglie”. Em 1866 apareceu “La Ginnastica”, jornal que teria muito espaço logo depois nos acontecimentos relativos à difusão e ao desenvolvimento da educação física nas escolas. Mais raras foram, entretanto, as publicações para as escolas secundárias, cuja voz inicialmente mais significativa foi representada pelo “Baretti” (Turim, 1869-1885), batalhadora revista porta-voz dos apoiadores do primado da escola clássica. Somente mais tarde apareceriam outros jornais para o ensino médio.

professores: uma difusão bastante capilarizada. Os dados fornecidos por Ottino permitem também delinear a geografia da imprensa escolar italiana no início dos anos '70. O pólo principal, em termos absolutos (isto é, número de títulos e cópias declaradas), era Turim. Na ex-capital, saíam em 1873 seis jornais escolares (contra os cinco de Milão e de Palermo, os quatro de Florença, os três de Gênova e um único periódico romano) num total de 7.800 cópias, equivalente a 37,3% do total: um jornal em três, substancialmente, era torinense.

Os animadores da primeira época dos jornais para professores eram personalidades de perfis diversos: estudiosos e políticos como Domenico Berti (Figura 1), posteriormente ministro da Educação; literatos e jornalistas como Vincenzo De Castro (Figura 2), Augusto Conti, Lodovico Corio; professores de pedagogia como Raffaello Lambruschini (Figura 3), Giuseppe Sacchi, Ignazio Cantù, Pietro Dazzi e Luisa Amalia Paladini, mas também simples professores que punham à disposição dos colegas menos especializados a sua competência didática. Alguns destes se tornaram bastante conhecidos justamente pela sua militância jornalística, pela compilação de livros didáticos e pela mediação entre cultura pedagógica e vida escolar: Giuseppe Borgogno, Giovanni Codemo, Cipriano Mottura, Pasquale Fornari, Giovanni Parato, Giovanni Scavia, Giuseppe Vago e muitos outros.

Figura 1 - Domenico Berti.



Fonte: *Dizionario illustrato di Pedagogia*, Milão, 1897-1903.

Figura 2 - Vincenzo de Castro.



Fonte: Biblioteca Nazionale Braidense, Milão.

Figura 3 - Raffaello Lambruschini.



Fonte: *Dizionario illustrato di Pedagogia*, Milão, 1897-1903.

Nesta fase ainda inicial, o já lembrado periódico torinense “L’Istitutore” representou o único caso de jornal publicado por um verdadeiro editor (Paravia), evento não casual porque justamente em Turim desde os anos Cinquenta se desenvolvera uma viçosa editoração escolar (CHIOSSO, 2013). Em todos os outros casos, tratava-se em geral de iniciativas animadas por “associações de professores”, ou seja, de grupos de professores que punham junto as suas experiências didáticas muitas vezes também transferidas para a produção de livros didáticos. O objetivo não somente pedagógico, mas também econômico e comercial, era criar uma virtuosa sinergia entre a atividade de publicação e de produção de manuais, frequentemente ampliada também na vertente das leituras recreativas.

Uma intuição que, como se viu, chegava de longe e que, inicialmente, foi gerida de modo artesanal. Pouco depois os editores, absorvida a atividade, a teriam explorado de modo empresarial.

DO ARTESANATO AO EMPREENDEDORISMO EDITORIAL

Por volta de meados dos anos Setenta, a realidade dos periódicos escolares foi sacudida por algumas mudanças destinadas a modificar e a enriquecer a sua tradicional fisionomia didática. Embora sem diminuir a característica dimensão “prática”, no sentido acima indicado, os periódicos escolares começaram a superar os estreitos confins didáticos.⁹ Esta mudança de perspectiva acontecia na intersecção de diversos e complexos eventos habituais, culturais e pedagógicos que, também na Itália, estavam marcando uma cautelosa e lenta modernização da sociedade: o surgimento da cultura positivista, a laicização da vida social, uma mais difundida capacidade de leitura entre o povo e a sempre mais incisiva presença do socialismo entre as massas subalternas.

No que diz respeito ao mundo escolar, a lei eleitoral de 1882 que incluiu os professores no corpo eleitoral trouxe consigo notáveis consequências. A categoria percebeu imediatamente a exigência de fazer sentir a própria voz no Parlamento, aproveitando-se do fato de que as forças políticas, de direita e de esquerda, ambicionavam ter o seu apoio. As sociedades e associações de professores que se haviam constituído com objetivos sobretudo de tutela em relação às frequentes inadimplências das autoridades locais (os Comunas), começaram a se tornar centros de pressão político-escolar. Os professores (menos as professoras) começaram a se apresentar não somente como os educadores-guardiões do povo, mas como atores de uma mudança que tinha o seu centro na luta contra a ignorância.

O ativismo das associações profissionais produziu um significativo aumento dos folhetos e boletins associativos. A partir dos anos Oitenta, estas publicações se difundiram rapidamente entrelaçando-se com as diversas e infrutuosas tentativas de dar vida a uma associação de docentes nacional até

⁹ Sobre a evolução da imprensa escolar na segunda metade do século XIX remeto ao ensaio introdutório à obra “I periodici scolastici nell’Italia del secondo Ottocento”, Brescia, La Scuola, 1992.

atingir a quota percentual de cerca de um quinto (20,4%) de todos os jornais escolares publicados na Itália na segunda metade do século XIX. Verificou-se deste modo uma certa politização da classe docente.

Em 1885 saíam na Itália 44 jornais escolares; em 1890 teriam chegado a 52 contra os 38 recenseados por Ottino em 1873 (Ibid., p. 22). Enquanto os boletins associativos conservaram as características de uma editoração artesanal e voluntária, diferente foi o destino dos jornais escolares. Alguns editores começaram a manifestar um interesse especial em relação a este gênero de publicações, aproveitando a possibilidade de conspícuos lucros. A abordagem redacional não foi mais circunscrita somente aos aspectos didáticos, mas aberta também à discussão política, à crítica literária e a uma ampla informação de caráter geral.

O interesse dos editores escolares foi contextualmente motivado pelo propósito de fazer do jornal para os professores o centro gravitacional ao redor do qual reunir as várias outras alternativas lucrativas: os livros-texto, as leituras recreativas, os livros-prêmio e – para as empresas de maior força econômica – também a produção e a comercialização de subsídios didáticos (mapas geográficos, painéis, alfabetos, jogos educativos, etc.).¹⁰ O jornal escolar, com a sua difusão capilar, se tornava também um canal publicitário de grande eficácia em um âmbito como o dos professores ao qual era difícil, devido à sua capilar distribuição no território, chegar por outra via.

O caminho empreendido pelos animadores da editoração escolar sob o modelo do editor torinense Paravia com “L’Istitutore” – conceber o jornal em estreita relação com os livros-texto e com a produção editorial educacional – foi percorrido por experiências análogas situadas em várias partes da Itália. Estas

¹⁰ A realidade dos editores milaneses nas últimas duas décadas do século XIX é especialmente indicativa para perceber estas mudanças. Veja-se a respeito as anotações muito pertinentes e interessantes de Marazzi (2014). Sobre as estratégias editoriais deste mesmo período de outros importantes editores veja-se Palazzolo (1990); Migliorini (1999); D’Ascenzo (2004); Betti (2004); Salviati (2007) – com textos de Aldo Cecconi, Carmen Betti, Gianfranco Bandini, Stefano Oliviero e Silvia Castaldi.

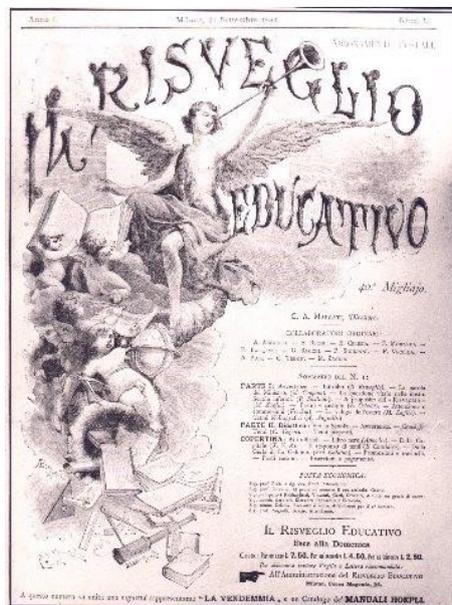
deram à editoração escolar um novo impulso e, ao mesmo tempo, reduziram os espaços de ação dos títulos mais antigos incapazes de atualizar-se e estagnados no modelo do “jornal prático de ensino”.

Neste novo cenário, começou a adquirir um relevo especial Milão, que, com Roma, se tornou, nas últimas décadas do século XIX, o centro de maior produção da imprensa periódica italiana. Enquanto a capital lombarda gozava de uma longa e prestigiada tradição no campo da editoração e da presença de editores importantes como Sonzogno e Treves, a crescente importância de Roma derivava do fato de ter-se tornado, em 1870, a capital do Reino e, como tal, o centro da atividade política. Editores escolares de atuação nacional haviam, entretanto, surgido também em Bolonha, Nápoles e Palermo.

Para perceber a transição para um jornalismo docente mais moderno e uma editoração escolar mais empreendedora, é preciso lançar um olhar para as vicissitudes do periódico milanês “Il Risveglio Educativo” (Milão, 1884-1901). Às tradicionais temáticas didáticas, o jornal associou um forte empenho político e reivindicativo e um decidido apoio à criação de uma única associação nacional dos professores em condições de tutelar os seus interesses. A experiência de “Il Risveglio Educativo” (com o qual colaboraram, sob a direção de Guido Antonio Marcati,¹¹ alguns dos maiores expoentes da vida escolar e pedagógica italiana como Ildebrando Bencivenni, Aristide Gabelli, Pietro Pasquali, Pietro Siciliani, Carlo Tegen) foi importante não somente no plano da reflexão pedagógica e político-escolar, mas também no plano do enquadramento geral (Figura 4).

¹¹ Monaco (2003).

Figura 4 - “Il Risveglio Educativo”.



Fonte: Biblioteca Nazionale Braidense, Milão.

Em torno do jornal, os promotores predisuseram, de fato, um verdadeiro e próprio polo de editoração com a publicação de livros-texto, subsídios didáticos e leituras para a infância (cujos autores eram os próprios redatores do jornal) e de outros periódicos como “La Scuola Secondaria italiana” (Milão, 1897-1904). Este último ambicionou dar voz aos professores das escolas secundaristas nos mesmos termos, mas sem igual sorte, com o qual “Il Risveglio” se propunha ser expressão das expectativas dos docentes.

A tentativa – não de todo exitosa, mas nem por isso menos interessante – de criar um polo de editoração para o qual fazer convergir temas didáticos, leituras para a infância, reivindicações profissionais constitui uma passagem interessante: o professor não é mais representado somente no interior da sala, mas como um animador social, cultural e, sob certos aspectos, também político.

Apesar dos esforços das elites docentes – os professores que escrevem nos jornais e dirigem as sociedades de professores – e da pedagogia progressista, a prática escolar documentada pelas páginas dos jornais permanece muito simples, ligada à transmissão de noções esquemáticas confiadas sobretudo à

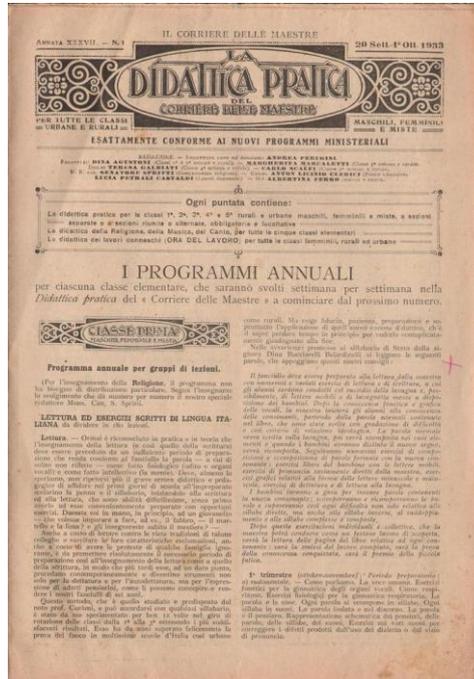
memorização. A vida da escola continua prevalentemente ainda sob esquemas antigos. Vista do observatório escolar – aquele sobretudo das pequenas realidades locais na qual vivia, contudo, a grande maioria dos italianos – a construção da Itália unida e moderna (como nos auspícios dos positivistas) cresce lentamente e os valores dominantes, mais do que aqueles do patriotismo, ainda continuam os do passado, ligados à civilização camponesa, à fé religiosa, às tradições e ritos locais.

UMA IMPRENSA PARA PROFESSORES MAIS PREPARADOS

As vicissitudes do periódico milanês demonstravam que o jornal escolar podia ultrapassar os limites do emprego didático e se tornar um órgão de informação de amplo espectro. A experiência de “Risveglio Educativo” foi seguida por iniciativas análogas que se desenvolveram mais ou menos nos mesmos anos.

Em Palermo, em 1886, Sandron deu início à publicação de “L’Avvenire Educativo”, uma das vozes mais interessantes e importantes da escola no Sul da Itália. Em 1889, em Turim, Grato Scioldo trouxe à luz, em concorrência com Paravia, “La Scuola Nazionale”, enquanto em Roma, no mesmo ano, o próprio Paravia deu vida ao primeiro importante periódico dedicado à educação infantil, “L’Educazione dei bambini”. Em 1895, Bemporad, por sua vez, empreendeu em Florença a “Rassegna Scolastica”. Em Milão, seguiram-no, pouco depois, “Il Corriere delle Maestre” (Figura 5), em 1897, por iniciativa de Antonio Vallardi, e “Il Pensiero dei Maestri”, do editor Trevisini, em 1898. Paravia, com o desejo de reforçar o próprio peso no sul da Itália, lançou a “Gazzetta Scolastica” de Nápoles (já em 1881 havia promovido em Roma, e não mais em Turim, um outro periódico importante, “Il Nuovo Educatore”).

Figura 5 - “Il Corriere delle Maestre”.



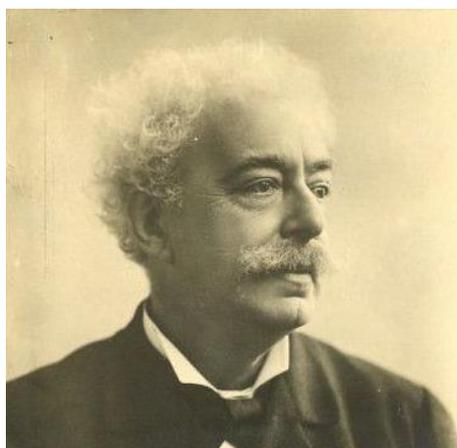
Fonte: Biblioteca Nazionale Braidense, Milão.

Sandron, Scioldo, Bemporad, Vallardi, Trevisini, além de Paravia, eram todos editores importantes empenhados na editoração para a escola, animaram vozes periódicas significativas, mesmo não tendo igualmente sorte. Sustentados por conspícuos recursos financeiros, os editores empreendedores estavam em condições de garantir um produto mais rico e diversificado do que o ofertado pelos títulos geridos localmente por grupos de professores, fatalmente destinados a um forte redimensionamento e, enfim, como veremos, ao desaparecimento. Por volta do fim do século XIX, as maiores casas editoras desenvolveram as suas estratégias em perspectiva nacional (e não mais somente regional), abrindo filiais também muito longe dos lugares de produção. Em 1890 surgiu a Associação da imprensa escolar nacional, que aderiu ao Círculo dos jornalistas italianos.

No fim do século, o mundo dos professores estava, no entanto, interessado em algumas mudanças. A mais importante é a substituição dos professores com o crescimento de uma nova geração de professores muito mais profissional do que aquela que a precedera. Nascidos entre os anos Setenta e

Oitenta, frequentaram cursos regulares de estudo (a escola normal), ambicionam inscrever-se na Universidade (em 1905 foram abertas as primeiras Escolas pedagógicas junto às Faculdades de Letras) e veem diante de si novas perspectivas de carreira com a criação da figura do diretor didático. Grandes escritores, como De Amicis (Figura 6), Serao e Verga, celebram a força civilizadora da escola e denunciam, ao mesmo tempo, as suas lacunas e a negligência.

Figura 6 - Edmondo De Amicis.



Fonte: Fondazione Tancredi di Barolo, Turim.

As professoras e os professores melhores e empreendedores se deleitam com a escrita, praticam o jornalismo, tornam-se curiosos exploradores da história e das tradições locais, melhoram os seus conhecimentos científicos e, às vezes, criam pequenos laboratórios de uso didático, frequentemente passam a fazer parte da pequena intelectualidade da província. O jornal didático-escolar feito em casa é deixado para trás, as expectativas são outras.

Estes sinais documentavam que a atividade docente perdia as características de uma atividade com contorno nem sempre bem definido e evoluía gradualmente para a profissão intelectual. Entretanto, os professores homens deixavam espaço a uma presença sempre maior de mulheres: em 1875-1876 pela primeira vez o número das professoras atuantes superou aquele dos

professores (com 23.818 mulheres contra 23.267 homens). No início do século XX as professoras representavam quase 2/3 de todos os docentes do Ensino Fundamental (44.561 professoras contra os 21.178 professores).

A crescente presença das mulheres na vida escolar não passou despercebida no mundo do papel impresso: nas últimas duas décadas do século XIX multiplicaram-se as tentativas de criar uma imprensa explicitamente destinada às professoras. O objetivo foi, todavia, atingido de modo estável somente em 1897 quando o editor milanês Antonio Vallardi fundou o já lembrado “Il Corriere delle Maestre”. Por mais de quarenta anos (as publicações cessaram em 1941) sob a direção de Guido Fabiani, escritor para a infância e jornalista, “Il Corriere” se dirigiu preferencialmente ao público feminino com um produto editorial a meio caminho entre o jornal didático e a revista de ampla divulgação pedagógica, literária e de costume.

A feminização da profissão docente constituiu, como é evidente, uma das primeiras experiências para a emancipação das mulheres e para a sua entrada na vida social com papéis não só subalternos. Embora com tons um tanto moderados, “Il Corriere” foi parte e compartilhou esta mudança de mentalidade, dando voz a uma visão “feminina” das questões não somente escolares, mas também sociais, ultrapassando a visão da professora como uma simples figura materna emprestada à escola.

OS NOVOS CENÁRIOS DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Esta não foi a única novidade que irrompeu na cena escolar italiana na passagem do século XIX ao XX. Certamente a de maior relevo foi a criação, em 1901, de uma associação nacional dos professores de orientação leiga, a União Docente Nacional, para a qual – não sem debates e dificuldades – confluíram as numerosas associações que haviam se constituído localmente (costumeiramente

a nível municipal) nas décadas precedentes (BARAUSSE, 2002). Na busca de um objetivo tão interessante no âmbito profissional – e também político pela influência que a classe docente estava em condições de desempenhar no âmbito da orientação da opinião pública – decisivo foi o apoio de numerosos jornais escolares, entre os quais estava aquele que logo se tornaria o periódico mais importante em prestígio e difusão: “I Diritti della Scuola” (Figura 7).

Figura 7 - “I Diritti della Scuola”.



Fonte: Biblioteca Nazionale Braidense, Milão.

O fascículo inaugural dos “Diritti” surgiu em Milão às vésperas do novo século, em 7 de outubro de 1899, por iniciativa do primeiro diretor do “Risveglio”, o já lembrado Guido Antonio Marcati. Organizada por uma sociedade editorial *ad hoc*, projetou um instrumento informativo em condições de responder a várias exigências não só de tipo didático. Para alcançar este objetivo, buscou prestigiadas assinaturas que tirou de outras revistas, como os escritores Ida Baccini e Luigi Capuana pelas colunas de leituras femininas e literárias, o pedagogo Pietro Pasquali e um jovem professor, Annibale Tona, para a seção

didática da qual, posteriormente, seria por muito tempo o diretor. Pouco tempo depois, a redação se transferiu para Roma onde era mais fácil entrar em contato com os órgãos ministeriais e o *établissement* político.

Embora sem o apoio de um grande editor, “I Diritti” se moveu numa ótica de mercado bastante avançada, baseada em princípios próprios de qualquer atividade empreendedora: oferecer um produto esperado pelo público, garantir a sua qualidade, pô-lo no mercado a um preço acessível, bater a concorrência.

Como o modelo praticado por “I Diritti della Scuola” e pelo “Corriere delle maestre” marcava o caminho do futuro e, portanto, como era necessário ter uma sólida organização para resistir no mercado, está documentado pelo fato de os ambientes católicos brescianos, com vontade de garantir uma vida digna a uma revista de professores, surgiu alguns anos antes, em 1893 (“Scuola italiana moderna”), em condições de representar um contraponto às maiores revistas de professores, todas de tendência laica, se convenceram, após várias e malfadadas vicissitudes, que a iniciativa teria sido possível somente se fosse criada uma verdadeira e própria (por mais modesta que, inicialmente, fosse) casa editora. A tal fim, em 1904, surgiu “La Scuola editrice”.

O surgimento da casa editora bresciana e o rápido sucesso de “Scuola italiana moderna” eram o sinal de uma nova sensibilidade que percorria o mundo católico até àquele momento polemicamente estranho em relação ao Estado liberal e empenhado em vitalizar uma rede de escolas católicas explicitamente alternativas àquelas públicas. Os católicos brescianos reunidos em torno de Luigi Bazoli e Giorgio Montini (o pai do futuro Papa Paulo VI) tomavam consciência de que, na escola primária, já estava presente um forte núcleo de professores – e sobretudo de professoras – animadas por sincera fé religiosa que tinham dificuldades de conviver na União de Professores onde prevaleciam posições laicas e, às vezes, decididamente anticlericais.

Será justamente a redação da revista, com o seu dinâmico diretor Ettore Arduino e o apoio de Dom Angelo Zammarchi (o verdadeiro maestro da operação) a representar o cadinho onde adquirirá fisionomia, entre 1906 e 1907,

a Associação de docentes “Niccolò Tommaseo”. na qual se reconhece a grande maioria dos professores católicos italianos (PAZZAGLIA, 1999).

O desaparecimento da cena pedagógica e escolar de “Scuola italiana moderna” ao lado dos “Diritti della Scuola” e do “Corriere delle maestre” completa o quadro das três mais importantes publicações escolares destinadas a reunir e desenvolver a herança das pequenas publicações didáticas que, em ampla parte da segunda metade do século XIX, haviam ladeado os professores no ensino.

A concentração da imprensa docente em torno de poucas publicações demonstrava que, da variedade escolar ligada às diversas tradições regionais, se estava passando à escola unitária italiana (a criação de uma única associação nacional dos professores e uma análoga iniciativa dos professores representavam a sua ulterior confirmação). A consolidação da escola nacional – que seria irreversivelmente confirmada e reforçada com o fascismo estatista – não ficou sem consequências também no âmbito dos estilos educativos.

A leitura dos jornais escolares entre os dois séculos ajuda a aprofundar algumas transições importantes. Os valores da boa vila não pareceram mais suficientes sem o acompanhamento da celebração da Pátria. Os deveres do bom cidadão e o seu espírito patriótico se tornaram concorrentes daqueles do bom cristão. A formação de um caráter forte, digno de um italiano (juntamente àquela de um corpo sadio) capaz também de lutar, se tornou um motivo recorrente. Era o antefato do nacionalismo educativo que acompanharia a Itália nos primeiros anos do século XX até ao epílogo do fascismo.

A pequena imprensa profissional do interior, entretanto, não desapareceu e ficou ainda mais viva, repondo-se em numerosos boletins associativos, expressão em parte das duas maiores associações e, em parte, de diversos outros grupos de professores. Entre 1900 e 1925, saíram 186 publicações ligadas respectivamente à União Nacional de Professores (126 títulos) e à Associação de professores “Niccolò Tommaseo” (60 títulos). Elas eram o sinal da vitalidade do mundo docente e do seu empenho no plano social e político.

Outros 95 títulos representaram grupos associativos de diversos gêneros e com diferente colocação territorial (local e nacional): professores das escolas secundaristas clássicas e técnicas, professores de educação física e de várias outras disciplinas, diretores didáticos, educadoras das escolas infantis, etc.

REVISTAS PARA AS ESCOLAS SECUNDARISTAS E PEDAGÓGICAS

Outras duas importantes novidades surgiram no início do século XX. A primeira foi o surgimento de publicações dirigidas aos professores das escolas secundaristas. A segunda refere-se ao surgimento das primeiras revistas pedagógicas.

Salvo poucos casos, os periódicos para o ensino secundarista permaneceram marginais durante todo o século XIX. Exceção feita a algumas revistas sobre o ensino de algumas disciplinas como a matemática, o francês, o alemão e a ginástica, e uma primeira tentativa de criar uma associação entre professores secundaristas.¹²

A escolarização pós-fundamental por muito tempo foi um fenômeno minoritário circunscrito aos filhos da média e alta burguesia. Somente no fim do século XIX abriu-se o debate se a escola clássica poderia continuar sendo a única via para a Universidade. Os professores secundaristas estavam, em geral, bem integrados na classe dirigente, respeitados e temidos e, por muito tempo, não sentiram a necessidade de se reunirem como, contrariamente, acontecia com os dos anos iniciais. Também entre os docentes secundaristas, no fim do século, entrou em serviço uma nova geração de professores, com sentimentos bem diferentes daqueles que os haviam precedido, fortemente crítica em relação à evolução do Estado liberal e convicta de que era preciso um novo impulso para

¹² “L'Eco della Associazione Nazionale fra gli Insegnanti delle Scuole Secondarie” (Turim, 1883-1887) ao qual se seguiu o periódico, sempre sob a duração do mesmo Sodalizio, “Le Scuole Secondarie” (Milão, 1887-1890).

dar à Itália maior dignidade e força política. Esta foi uma das primeiras motivações para o nascimento, no início do século XX (1901), da Federação Nacional de Professores de Escola secundária (AMBROSOLI, 1967).

Enquanto no associacionismo docente prevaleceu um certo reivindicacionismo (melhores salários, pagamento de aposentadorias, tutelas normativas), os professores da escola secundarista abordaram sobretudo o papel e a função da escola, assumindo a fisionomia de laboratório político escolar para a reforma das escolas secundaristas, temática especialmente sentida no início do século XX.

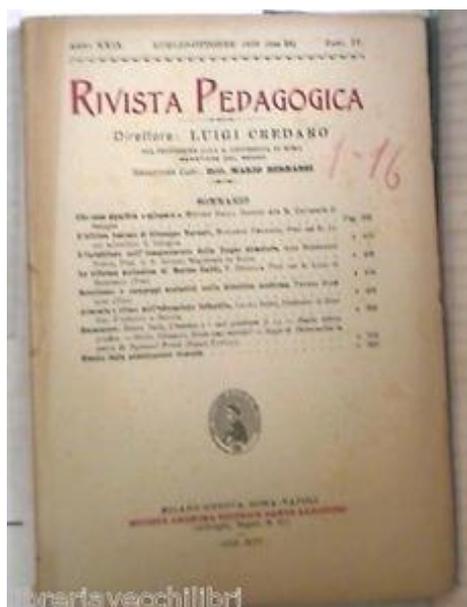
Duas eram as principais teses em confronto: segundo os “classicistas”, o eixo da escola nacional só poderia ser o *corpus* dos ensinamentos literário-histórico-filosóficos. Não se podia entrar na Universidade sem padronizar as línguas clássicas e os saberes a elas vinculados. Na opinião daqueles que, por comodidade, definiremos os “modernizadores” era, contrariamente, necessário potencializar as disciplinas científicas e o conhecimento das línguas modernas e abrir novas escolas técnicas e profissionais. Enquanto para os primeiros a escola devia formar sobretudo o homem antes do profissional, para os segundos as escolas pós-fundamental deviam acompanhar as transformações sociais e produtivas.

Os periódicos ligados à Federação dos docentes são uma fonte primária para reconstruir este debate fundamental, preliminar à reforma escolar de 1923, a intervenção mais importante no sistema de instrução italiano da primeira parte do século XX. Entre estes, despontam, pela duração e prestígio dos colaboradores, três títulos: “La Corrente” (Milão, 1904-1925), de orientação laica e maçônica; “Il Vomere” (Nápoles, 1914-1919) inspirada em valores sócio-reformadores e “Nuovi Doveri” (Palermo, 1907-1913) ligada à filosofia e à pedagogia neo-idealista de Giovanni Gentile e Giuseppe Lombardo Radice, à qual seguiria, com uma abordagem muito semelhante, uma outra revista dirigida também por Lombardo Radice, “L’Educazione Nazionale” (Roma, 1919-1933), sobre a qual voltaremos mais adiante.

A “Nuovi Doveri” merece uma atenção especial visto que se configurou como uma verdadeira e própria revista de pedagogia. Os ensaios e os escritos que nela apareceram estavam, de fato, interessados não somente nas questões de política escolar, mas comprometidos também em aprofundar, mediante uma ampla e adequada reflexão teórica, a natureza da educação e a sua relação com a tradição histórica (RAICICH, 1981). Pela primeira vez na Itália, distante quase um século da “Guida dell’Educatore” que trabalhou com tais questões já no início do século XIX, mas sem ulterior continuação, surgia uma publicação de fisionomia declaradamente pedagógica.

Quase contemporaneamente, distante um pouco menos de um ano dos “Nuovi Doveri”, em 1908, saiu uma outra significativa voz pedagógica por iniciativa de Luigi Credaro, a “Rivista Pedagogica” (D’ARCANGELI, 2012), expressão dos ambientes tardo-positivistas, neo-kantianos e herbartianos e, portanto, voz de setores político-pedagógicos alternativos àqueles neo-idealistas de “Nuovi Doveri” (Figura 8).

Figura 8 - “Rivista Pedagogica”.



Fonte: Biblioteca Nazionale Braidense, Milão.

A história pedagógica e escolar italiana da primeira parte do século XX não pode ignorar as contribuições destas duas publicações que interpretaram a tradição cultural italiana segundo pontos-de-vista opostos.

UMA PRIMEIRA SÍNTESE SUMÁRIA

Ao extrair alguma rápida conclusão sobre o que narramos até este momento, e antes de nos aproximarmos do fascismo – isto é, da ditadura que, a partir de 1925, e até 1943, apagou todo traço de vida democrática na Itália – que teve consequências de grande alcance também no âmbito da editoração escolar, podemos fornecer alguns dados de síntese.

1. Entre 1820 e 1925, a imprensa para professores constitui a porção nitidamente mais significativa da editoração escolar com um duplo aspecto de interesses: aqueles mais diretamente didáticos (que, com o passar dos anos, se enriqueceu também com conteúdos culturais) e aqueles de natureza mais associativo-profissional (estes últimos capilarmente distribuídos no território).
2. Depois de uma primeira fase na qual os jornais são geridos privadamente por pequenos grupos de professores e são expressão de consolidadas tradições educacionais regionais, entre os anos Oitenta e Noventa entram em cena alguns importantes editores (Paravia, Sandron, Vallardi, Bemporad, Trevisini, mais tarde também La Scuola) que criam um único mercado nacional. Os catálogos entrelaçam livros-texto, leituras amenas e jornais destinados aos professores. Esta estratégia obriga à rendição os pequenos periódicos que por volta do fim do século XIX praticamente desaparecem ou se transformam em boletins associativos.
3. Os maiores centros de produção escolar (jornais e não só) são, em uma

fase inicial, Turim e Florença aos quais se juntam, depois, em 1860, Milão, Bolonha, Nápoles e Palermo.

4. A análise dos jornais escolares, sobretudo aqueles locais, documenta, de um lado, o descompasso entre as enunciações de princípio e a realidade escolar que resulta muito mais simples, pobre e tradicional em relação às declarações de pedagogos e responsáveis políticos pela educação e, por outro, a gradual constituição da escola nacional.
5. A publicidade para as escolas secundaristas procede mais lentamente e se dirige, em um primeiro momento, para o aprofundamento do ensino de algumas disciplinas (sobretudo matemática, línguas estrangeiras, ginástica); somente no início do século XX surgem as primeiras publicações de caráter político-escolar às quais encostam-se algumas revistas pedagógicas.

UM DESTINO COMUM: SUCUMBIR AO FASCISMO

Um primeiro duro golpe no jornalismo escolar chegou nos anos da primeira guerra mundial, após as restrições impostas, também em terreno editorial e tipográfico, com o contingenciamento do papel. Vários pequenos periódicos foram obrigados a suspender as publicações. Com o retorno da paz, o cenário era ulteriormente simplificado, mesmo se as vozes locais continuaram como ativa expressão do associacionismo docente e das reivindicações profissionais da categoria.

Esta abundante e variada presença da editoração estava, entretanto, destinada a fragmentar-se num breve espaço compreendido entre 1924 e 1926, isto é, no biênio em que o fascismo, subido ao poder em outubro de 1922, se transformou em ditadura. A conquista da imprensa livre constituiu, de fato, um dos primeiros objetivos do fascismo e não faltaram analogias entre a estratégia perseguida no campo da imprensa em geral e as relações entre fascismo,

publicações escolares e associacionismo dos professores. Um dos primeiros objetivos de qualquer regime autoritário é, de fato, sufocar a livre expressão.

Os fascistas moviam contra os professores e as associações que os representavam a acusação de serem prisioneiros de interesses particulares sem conseguir erguer-se a uma visão “nacional”, como se dizia então, da questão escolar, isto é, uma visão ideal e patriótica da sua missão educativa. Naturalmente se tratava de acusações muito instrumentais. Na realidade eles pretendiam contrapor as jamais escondidas simpatias da maioria dos docentes e dos professores por uma democracia progressista não raramente entremeada de simpatias pelo socialismo reformista.

Para contrastar as resistências democráticas, o fascismo se organizou em duplo sentido. Por um lado, deu vida a jornais criados somente para incidir sobre a opinião pública docente e, por outro, ativou várias formas de condicionamento, de modo a alinhar aos objetivos políticos do regime toda voz não de pleno consenso. Em pouco tempo, a livre imprensa escolar – especialmente aquela mais abundante dirigida aos professores – foi liquidada e forçada ao silêncio, substituída pelo conformismo do regime (CHIOSSO, 2008). Em poucos meses, dezenas e dezenas de periódicos associativos espalhados por toda a Itália encerraram as publicações.

Inicialmente, os fascistas haviam reservado pequenos espaços nos jornais que simpatizavam por Mussolini como “La Nostra Scuola” (Milão-Florença, 1913-1923). A seguir, surgiram os primeiros periódicos escolares explicitamente alinhados ao fascismo: “La Nuova Scuola Italiana” (Florença, 1923-1938) e “La Corporazione della scuola” (Roma, 1925). O primeiro era a continuação de “La Nostra Scuola” e, como este, dirigido por Ernesto Codignola, um dos discípulos de Gentile e apoiado por um poderoso editor, Vallecchi, logo enfileirado com o regime; o segundo, de breve duração e com objetivos mais militantes, saiu no início de 1925 com o objetivo de reunir e de organizar os professores que deixavam em massa as associações tradicionais após a subida de Mussolini ao poder.

A hemorragia dos sócios das antigas associações foi favorecida pelas relações privilegiadas entre a Corporação da escola e o governo fascista que a reconheceu como único interlocutor da categoria no mesmo momento em que estava reforçando o próprio poder e progressivamente reduzindo as liberdades políticas.

“La Corporazione della scuola” abriu o caminho para o fim do associacionismo democrático (a União Nacional de Docentes e a Federação Nacional de Professores do Ensino Fundamental foram dissolvidas em 1926, enquanto a Associação Nacional “Nicolò Tommaseo” permaneceu ainda viva por alguns anos, mas com finalidades quase exclusivamente religiosas) e para a criação de uma única associação fascista da escola, isto é, a Associação Nacional de Professores Fascistas (depois, a partir de 1931, Associação Fascista da Escola) que deu vida a duas distintas publicações: “La Scuola Fascista” (Figura 9) destinada aos professores da escola primária e “Cultura Fascista” para os docentes da instrução secundária (CHARNITZKY, 1996).¹³

Figura 9 - “La Scuola Fascista”.



Fonte: Biblioteca Nazionale Centrale, Florença.

¹³ Publicações apoiadoras com ampla difusão entre os professores foram o “Giornale della Scuola Media” (Roma, 1931-1943) e “La Scuola Nazionale Fascista” (Roma, 1932-1943).

Diferentemente do que acontecera com as associações democráticas, os grupos profissionais fascistas não publicaram, salvo poucos casos, informativos locais e se apoiaram, em coerência com a forte centralização do Partido Fascista, nos periódicos nacionais supracitados, direta emanção das elites dirigentes.

A repressão do associacionismo e o conseqüente fim da viva estação do jornalismo escolar local se combinou com o esforço do fascismo de assenhorear-se – entre elogios e ameaças – dos jornais de opinião e de torná-los dóceis instrumentos de amplificação do regime. Entre 1925 e 1926, as maiores publicações escolares se alinharam (do “Corriere delle Maestre” aos “Diritti della Scuola”) ou não criaram dificuldades (a “Rivista Pedagogica”) à afirmação do regime mediante um processo de substancial autocensura. O temor era que intervenções de polícia decretassem a suspensão das publicações como estava acontecendo com outros periódicos de marca política. A estratégia dos condicionamentos externos resultou vencedora.

Entre os anos Vinte e Trinta, ganharam maior vigor também algumas revistas pedagógicas encorajadas diretamente pelo governo considerando a pressão do grupo neoidealista – alinhado com o fascismo – que ambicionava garantir à Itália uma pedagogia com fortes características espiritualistas e nacionalistas.¹⁴

Ainda hoje se encontra aberta no debate historiográfico italiano a interrogação se os processos de fascistização escolar perseguida com grande diligência pelo regime produziram efetivamente a “escola fascista” ou se, para além da ritualidade oficial, os docentes permaneceram suficientemente independentes para desenvolverem o seu papel sem se identificarem *in toto* com a ideologia mussoliniana, ou somente se identificando na aparência. Se se der

¹⁴ Expressão desta tendência foram “Levana” (Florença, 1922-1928) e várias publicações diretamente dependentes do Ministério da Educação Nacional (“Annali dell’Istruzione Media”, 1925-1932, depois “Scuola e Cultura”, 1933-1943 e “Annali dell’Istruzione Elementare”, 1926-1943). Um aceno particular merece “Primato Educativo” (Roma, 1934-1939), revista dirigida por Nazareno Padellaro e Luigi Volpicelli que foi, certamente, o laboratório mais lúcido e inquietante do propósito de “fascistizar” radicalmente a escola italiana.

credibilidade às vozes do fascismo escolar intransigente que lamentavam a insuficiente iniciativa do partido no mundo escolar, dir-se-ia que a escola italiana teria conservado, sobretudo a nível de instrução secundária, uma certa independência. Se se olhar para os processos internos às escolas – existem várias pesquisas realizadas em tal sentido – a impressão é que a penetração fascista tenha sido insistente e capilar em relação à qual era realmente difícil permanecer estranhos, senão com motivações particularmente fortes. Os jornais do fascismo não ajudam a dissolver estas incertezas porque a bombástica propaganda acabou por celebrar uma Itália escolar plebiscitariamente fascista, para além daquela que, quase com certeza, era a realidade efetiva.

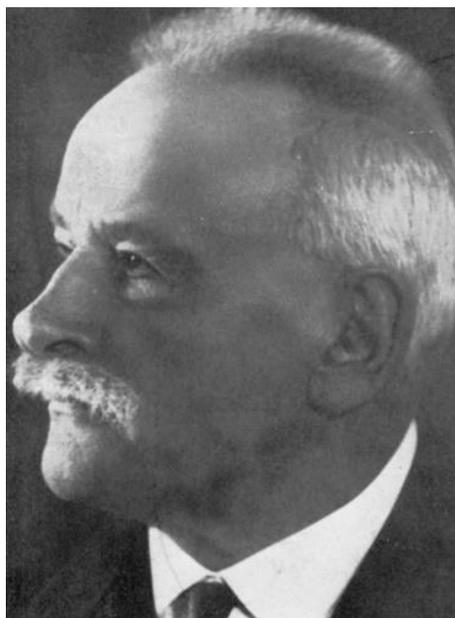
Resulta além disso difícil estabelecer se no interior do fascismo tenha prevalecido uma única pedagogia ou, como é provável, tenham convivido diversas pedagogias. Neste âmbito, a leitura das publicações do regime poderia fornecer indicações interessantes, mas não dispomos de estudos aprofundados. Não há dúvidas de que, na sua fase inicial, o fascismo tornou próprias grande parte das teorias do neoidealismo nacionalizador de Giovanni Gentile e, os seus alunos, autores da reforma escolar de 1923. Por meio de uma presença assídua nos gânglios da vida ministerial, nas casas editoras e nas redações dos jornais, os neoidealistas, por sua vez, acabaram por considerar a si mesmos como os autênticos intérpretes do fascismo escolar.

A realidade foi, provavelmente, mais complexa do que aquela até aqui estudada. Pesquisas mais acuradas poderiam documentar que a fecundação do fascismo pelo neoidealismo não impediu a presença de outras vozes pedagógicas, algumas das quais de extração tardo-positivista e contaminadas por fortes tentações militaristas e por graves preconceitos raciais.

Em um clima altamente ideologizado, algumas vozes independentes, sobretudo de ambiente acadêmico, conseguiram exprimir valores diferentes, sem jamais, entretanto, contrastar, com algum leve golpe de alfinete, o fascismo. Este era, de resto, o único espaço permitido. A historiografia indicou com a expressão “afascismo” esta posição, mediana entre fascismo e antifascismo.

Incluem-se entre as vozes afascistas a última fase da já diversas vezes lembrada “Rivista Pedagogica”, cenáculo residual da cultura pedagógica do início do século, cujas publicações cessaram em 1939 (naquele ano faleceu o seu fundador e histórico diretor, Luigi Credaro) (Figura 10); “La Vita Scolastica” (Florença, 1929-1938) de Giovanni Calò – principal adversário de Giovanni Gentile e da patrulha neoidealista – e a revista de Giuseppe Lombardo Radice, “L’Educazione Nazionale”. Este foi o único caso de suspensão por autoridade das publicações em 1933, por decisão do regime: a revista foi oficialmente fechada porque “não suficientemente nacional”, na realidade porque Lombardo Radice era uma das poucas vozes seriamente críticas ao regime (CIVES, 1983).

Figura 10 - Luigi Credaro.



Fonte: Fondo Credaro, Banca Popolare di Sondrio.

Naquele mesmo ano os ambientes da pedagogia católica da Universidade do Sagrado Coração de Milão e da casa editora bresciana La Scuola deram vida à primeira revista pedagógica católica italiana publicada como suplemento ao jornal de professores “Scuola Italiana Moderna” (Figura 11). Querida por Dom Angelo Zammarchi e animada por Marco Agosti, Vittorino Chizzolini (Figura 12)

e Mario Casotti (este último, aluno de Gentile que passou do originário neoidealismo a posições neotomistas), foi o lugar no qual um punhado de jovens estudiosos começou a mostrar o próprio valor, como Aldo Agazzi, Augusto Baroni, Giovanni Modugno, Gesualdo Nosengo.

Figura 11 - “Scuola Italiana Moderna”.



Fonte: Biblioteca Nazionale Braidense, Milão.

Figura 12 - Vittorino Chizzolini.



Fonte: Archivio storico casa editrice La Scuola, Brescia.

Muitos destes pedagogos se tornariam os protagonistas maiores nas sucessivas vicissitudes com o retorno da Itália à vida democrática em 1945, no fim da segunda guerra mundial.

ESCOLA, PEDAGOGIA E IMPRENSA NA ITÁLIA REPUBLICANA

O retorno da democracia na Itália e a centralidade da questão educativa e escolar decretada pelas forças democráticas para liquidar a herança do fascismo estiveram na base de um poderoso relançamento também das atividades para a escola e a educação.

Um primeiro impulso em tal sentido veio do surgimento, logo após o fim da guerra, de numerosas associações profissionais (professores do ensino fundamental e professores do ensino médio), bem como de vários sindicatos surgidos para tutelar a carreira e a retribuição dos docentes. Estas associações, embora expressão de convicções políticas muitas vezes diferentes e, às vezes, até mesmo antagônicas, foram acomunados pela visão da escola como um fator estratégico para a construção da democracia italiana.

A liberdade de associação esteve entretecida com a liberdade de expressão: todas estas associações se dotaram de adequados órgãos de informação por meio dos quais expressaram os ideais inspiradores de um cenário que, logo, pareceu um tanto diferente em relação às primeiras décadas do século. Pode-se dizer (remetendo em nota o elenco das forças principais do associacionismo pós-guerra com os respectivos periódicos)¹⁵ que a cada um dos

¹⁵ Em ordem cronológica, estes são os principais títulos: “La Scuola e l’Uomo”, a União Católica Italiana de Professores do Ensino Fundamental II (1944); “L’Eco della Scuola Nuova” da Federação Nacional de Professores do Ensino Fundamental II (1945); “Il Maestro”, da Associação Italiana Professores do Ensino Fundamental I Católicos (1945); “Docete”, voz das escolas católicas organizadas na Federação de Institutos Dependentes da Autoridade Eclesiástica (1946); “Scuola Democratica” da Associação pela defesa da escola nacional (1946); “I Maestri d’Italia”, do Sindicato Nacional Escola Fundamental (1947); “Scuola e Maestri” do

grupos políticos maiores (Democracia Cristã, Partido Liberal, Partido Republicano, Partido Socialista e Partido Comunista) correspondia uma associação escolar, por sua vez bem articulada no território e – retomando uma característica dos primeiros anos do século XX – frequentemente munida de órgãos próprios de informação local. Nenhuma das associações preexistentes voltou tal e qual à cena, com a única exceção da Federação Nacional de Professores do Ensino Fundamental II, a única a ser reconstruída nas formas precedentes a 1925.

Destino diferente tiveram, entretanto, as duas maiores revistas docentes que, sobrevividas ao fascismo, continuaram regularmente as publicações: “I Diritti della Scuola” retomou a sua fisionomia laico-liberal e “Scuola Italiana Moderna” continuou sendo expressão da pedagogia católica e se tornou um poderoso apoio à política escolar da Democracia Cristã. Após a vitória nas eleições de 1948, disputadas numa perspectiva comunismo/anticomunismo, este partido se tornou o eixo da política nacional, baluarte contra o comunismo e promotor de uma gradual democracia não só política, mas também social.

Entre os anos Quarenta e Cinquenta surgiram outros periódicos para a escola primária como “La Vita Scolastica” (Rovigo, depois Florença, 1946), “L’Educatore Italiano” (Milão, 1954) e apareceram as primeiras publicações de esquerda: “Cooperazione Educativa” (Florença, 1951), órgão de vinculação entre os promotores do método Freinet (PETTINI, 1980), e “Educazione Democratica” (Roma, 1953) depois transformada em 1955 na revista “Riforma della Scuola”, voz pedagógica e política escolar do Partido Comunista até ao encerramento das publicações, em 1992. “Riforma della Scuola” foi o sinal de que os comunistas não pretendiam ficar às margens do confronto educacional e, na trilha do ensinamento de Gramsci, intensificaram a sua presença em âmbito escolar.

As revistas de pedagogia – que se multiplicaram nos anos do pós-guerra

Sindacato Nacional Autônomo Escola Fundamenal (1950); “Rinnovare la Scuola” da Associação Nacional Escola Italiana (1953). Sobre a realidade do associacionismo católicos dos professores veja-se Sani (1990), e, para o mundo escolar leigo, veja-se Semeraro (1993); Mambretti; Semeraro (1999).

– são o indicador das diferentes leituras em curso sobre a sociedade italiana, expressão de abordagens ideais muitas vezes interativas com o debate político e empenhadas a orientar – pelo menos como propósito – a democracia italiana. Para a compreensão daqueles anos, é de fundamental importância lembrar dois principais pontos culturais: o aceso confronto, já lembrado, entre comunismo/anticomunismo e a recíproca concorrência no fronte anticomunista para orientar os estilos de vida da sociedade italiana entre a presença católica inspirada no primado da pessoa metafisicamente entendida e a circulação do funcionalismo anglo-saxônico (especialmente de Dewey) de tradição laica, empenhado sobretudo em promover a modernização da vida social.

As vozes mais significativas empenhadas neste intenso debate, pelo menos até aos anos Oitenta, foram “Scuola e Città” surgida em 1950 em Florença e ponto de referência do reformismo filo-deweyano (CAMBI, 1982), próxima ao Partido Socialista; “Pedagogia e Vita” (1954, continuação do suplemento de “Scuola Italiana Moderna”), animada pelo grupo de estudiosos próximos à casa editora La Scuola de Brécia (que em pouco tempo se tornou o centro editorial de maior peso na publicação de periódicos educativos e escolares) (PAZZAGLIA, 2004) e a mais antiga revista pedagógica até hoje regularmente publicada, “Rassegna di Pedagogia” (Pádua, 1941) inicialmente pensada como continuação da histórica “Rivista Pedagogica” e, depois, tornada uma das vozes mais conceituadas do personalismo pedagógico. A estas vozes se juntou, em 1954, a revista “Orientamenti Pedagogici”, expressão dos estudiosos da Universidade Salesiana.

Apesar do comprometimento com o fascismo, a herança de Giovanni Gentile e do neoidealismo filosófico e pedagógico teve vida longa e marcou diversas histórias não só pessoais, mas também culturais e político-escolares que encontraram hospitalidade em algumas publicações promovidas e dirigidas por alunos e admiradores de Gentile.¹⁶

¹⁶ Este foi o caso, por exemplo, de “La Nuova Rivista Pedagogica” (Roma, 1951), “I Problemi della

A outra grande tradição pedagógica italiana, a montessoriana, retomou vigor com o retorno à Itália, em 1947, de Maria Montessori, após o exílio dos anos do fascismo e da guerra. A reconstrução da Obra Nacional a ela intitulada (após o fechamento decretado pelo fascismo) foi ladeada pela revista “Vita dell’Infanzia” (Florença, depois Roma, 1952) firmemente querida pela pedagoga e ponto de encontro para estudiosos e experiências ligadas à sua pedagogia.

A proposta montessoriana não hegemonizou, todavia, o âmbito da educação italiana da infância. Grande destaque e sorte tiveram também as experiências das irmãs Rosa e Carolina Agazzi nas quais se reconheceu, em especial, o periódico bresciano de longa duração “La scuola materna”, herdeiro de um outro histórico periódico, “Pro Infantia”, iniciado no longínquo 1915. Mais tarde foi a vez de outros jornais ligados à esquerda política e a uma visão menos romântica e mais social da infância, como “Infanzia” (Florença, 1973) e “Zerosei” (Milão, 1976).

Mais modesta foi a presença do jornalismo escolar no ensino secundário dos anos Sessenta-Setenta, quando os processos de reforma do Ensino Fundamental II (11-14 anos) e os debates que se abriram sobre o futuro da escola secundária (14-19 anos) foram a ocasião para novas publicações. As duas mais significativas foram mais uma vez produto editorial bresciano, isto é, “Scuola e Didattica” (1955) e “Nuova Secondaria” (1983), às quais se juntaram algumas vozes sobre as temáticas relativas à relação entre escola e profissão (“Scuola e professionalità”, “Professionalità”, “Rassegna Cnos”).

Entretanto, em 1975, surgiu o primeiro jornal de ampla informação escolar, “Tuttoscuola”, destinado a um público variado e não somente àquele dos professores. A iniciativa tomada por Giovanni Vinciguerra, jornalista e especialista em escola, coincidiu com uma importante reforma escolar que, pelo menos a princípio, pretendia atenuar o rígido estatismo escolar e favorecer uma relação mais dinâmica entre mundo do ensino, famílias e vida social. A tal fim, a

Pedagogia” (Roma, 1955), “Magistero” (Bologna, 1957) e “Servizio Informazioni Avio” (Roma, 1957).

reforma instituiu nas escolas adequados órgãos de direção mistos entre professores e pais.

Numerosos foram também os periódicos publicados pelas várias sociedades de professores com interesses e finalidades disciplinares não só interessadas em apresentar novidades e questões de caráter científico, mas muitas vezes, e de modo sempre mais pontual, com uma atenção privilegiada aos aspectos didáticos. Em tal sentido, orientaram-se revistas para a matemática, as línguas estrangeiras, a história, a geografia, a língua italiana, a filosofia, a religião católica e as várias articulações das ciências naturais. Por meio destas publicações, amadureceu uma sensibilidade para as questões didáticas também a nível de escola secundária, muito mais percebida do que acontecia precedentemente.

O notável florescimento dos jornais escolares que se verificou entre o fim da guerra e os anos Noventa – sobre o qual infelizmente não existem pesquisas análogas àquelas realizadas sobre o século XIX e a primeira parte do século XX – começou a declinar na passagem entre os dois séculos, pressionada por novas formas de comunicação digital e pela dificuldade do papel impresso a manter-se diante das mudanças provocadas pela ampliação do mundo da web. Um fenômeno não diferente daquele que, mais em geral, atravessou – e até agora atravessa – o mundo dos jornais de informação e de opinião.

Mas contextualmente também outras razões enfraqueceram o peso dos jornais escolares: por exemplo, uma concepção mais comunitária da profissão centrada no confronto das experiências em vez da aplicação de práticas didáticas propostas por especialistas.

Alguns jornais cessaram as publicações (o caso mais impactante pode ser considerado o fechamento, em 1994, de “Diritti della Scuola”, depois de quase um século de presença na escola italiana), outros abandonaram a edição impressa em favor da edição online, outros ainda associaram à edição impressa materiais didáticos online. No conjunto, o primeiro período dos anos 2000 parece percorrido por uma profunda transformação dos instrumentos de trabalho dos

professores, cuja evolução futura é difícil de prever e deve, contudo, ser posta em relação com as transformações que a escola do futuro sofrerá.

DA IMPRENSA ESCOLAR À EDITORAÇÃO E À VIDA DA ESCOLA

A saída do silêncio da história dos jornais escolares indicou várias pistas a explorar postas no entrelaçamento com livros-texto, textos de leitura recreativa, materiais didáticos. A passagem dos jornais à editoração educativa foi facilitada por duas principais razões. A primeira é que, como sabemos, os promotores da imprensa periódica, especialmente aquela para o ensino fundamental e popular, eram os mesmos que preparavam também os manuais escolares, os guias didáticos para os professores, organizavam as primeiras formas associativas entre os professores e eram, frequentemente, também autores de narrativas e leituras para as crianças.

O segundo motivo é devido à presença de algumas casas editoras que, desde as últimas décadas do século XIX, concentraram a sua atividade principalmente na produção escolar e pedagógica (por exemplo, Paravia e Loescher em Turim, Vallardi e Trevisini em Milão, Le Monnier, Paggi-Bemporad e Sansoni em Florença, Zanichelli em Bolonha, Sandron em Palermo).¹⁷ A exploração dos catálogos, bem como das inserções publicitárias que apareciam regularmente nos jornais para os professores, permitiu reunir uma grande quantidade de informações e dados que, em muitos casos, estão até hoje esperando para serem analisados com mais profundidade.

Destas premissas sucederam-se ou se originaram várias trilhas de trabalho que é muito difícil reduzir sinteticamente, dada a variedade e riqueza

¹⁷ Deve-se lembrar as pioneiras tentativas conduzidas por Raicich nos anos oitenta, depois reunidas em *Di grammatica in retorica. Lingua, scuola, editoração nella Terza Italia* (RAICICH, 1996), e a influência exercida na Itália pelos estudos de Choppin sobre o livro escolar e, mais em geral, sobre a imprensa educativa (1992; 2008).

das contribuições. Entre as de maior consistência, limito-me a citar as pesquisas sobre a indústria relativa aos cadernos e aos subsídios didáticos; as contribuições sobre obras grandes e pequenas de literatura infantil; os catálogos de mostras expositivas; a produção dos instrumentos para a ginástica; os documentos (painéis, diários, registros, etc.) reunidos em numerosos museus para a escola e a infância; o comércio ligado aos produtos escolares e da leitura. Certamente não por último deve-se destacar, enfim, significativas sondagens sobre a história das disciplinas escolares.

A importância das matérias escolares está sob os olhos de todos. Também este segmento de história educativa, como os jornais e os livros-texto, se situa na intersecção de diversos pontos de vista e resulta, por isso, particularmente estimulante. A presença ou ausência de uma matéria no currículo escolar em um determinado período histórico não é neutra, mas reflete orientações culturais, decisões políticas e práticas didáticas. As matérias são “organismos vivos” (VIÑAO FRAGO, 2006)¹⁸ e se transformam com o tempo, seja em relação ao progresso dos conhecimentos, seja em razão da mudança das convicções educativas e do exercício escolar.

Neste último âmbito, somos devedores especialmente dos trabalhos conduzidos por especialistas disciplinares (matemáticos, historiadores, geógrafos, italianistas, cultores de disciplinas clássicas, estudiosos de formação científica como biólogos, químicos, etc.) que questionaram as mudanças ocorridas no ensino das várias matérias tanto no âmbito dos programas escolares e dos livros-texto, quanto também sobre como o ensino foi veiculado.

Igualmente ricos de inéditas informações resultam as contribuições sobre a reconstrução da profissão docente realizada por meio das principais associações dos docentes, os seus jornais e as vicissitudes biográficas de alguns dos principais protagonistas da história escolar italiana (Marco Agosti, Alberto Calderara, Giovanni Calò, Guido Antonio Marcati, Rita Nigrisoli, Aldo Pettini e

¹⁸ Outras anotações pertinentes em Chervel (1988) e Bianchini (2010).

altri). A pesquisa biográfica teve o seu momento mais significativo com a publicação do *Dizionario Biografico dell'Educazione* em 2013. Em nota são fornecidas algumas informações sobre pesquisas mais significativas (com uma atenção reservada sobretudo às fontes) realizadas sobre estas temáticas.¹⁹

Uma avaliação total do percurso realizado entre o início da pesquisa em jornais escolares e os êxitos atuais ainda é prematura e, contudo, requereria muito mais espaço do que esta nota. Posso somente destacar que, enquanto fermento de estudo e de pesquisa, não é difícil perceber uma tensão inovadora de grande interesse. Graças aos estudos das últimas décadas, realizados a partir de fontes por muito tempo ignoradas, hoje dispomos de uma visão das mudanças educacionais e escolares muito mais ampla, variada e, sobretudo, aderente à realidade em relação ao passado.

Mas também não se pode ignorar alguma crítica. Destaco apenas duas. A primeira se refere ao risco de um excesso de especialização. O especialismo tem o grande mérito de circunscrever o território de investigação e de produzir resultados muito documentados. Mas ele pode também produzir resultados menos apreciáveis, como por exemplo uma certa subvalorização do enquadramento também dos processos micro-históricos dentro dos grandes fluxos culturais que acompanham e transformam as sociedades. O erudito nem sempre é um bom historiador.

A segunda crítica se refere a uma relação às vezes superficial ou até mesmo insuficiente com a história das ideias pedagógicas e os grandes cenários

¹⁹ Sobre a imprensa escolar: Chiosso (2003, 2008). Trata-se de dois elencos que documentam a atividade editorial de 1054 pequenas e grandes empresas, empenhadas na produção de textos escolares e livros para adolescentes, em alguns casos também produtoras de subsídios didáticos. Sobre os livros-texto: Ascenzi; Sani (2005); Barausse (2008); Ascenzi; Sani (2009) - importante coletânea de documentos sobre a regulamentação normativa relativa aos livros-texto. Sobre os cadernos de escola: Meda; Montino; Sani (2010) - 2 volumes com os registros e uma vasta documentação também iconográfica apresentada no congresso internacional realizado em Macerata [Itália] entre 26 e 29 de setembro de 2007. Sobre as fontes conservadas no Arquivo Central do Estado (Roma): a coleção de documentos "Fonti per la scuola della scuola" (7 volumes publicados entre 1994 e 2005). Sobre o associacionismo dos professores: Pazzaglia (1999); Barausse (2002); Chiosso; Sani (2013) - 2 volumes, reúne 2345 biografias de personalidades empenhadas no campo da educação que viveram entre os séculos XIX e XX.

histórico-culturais nos quais estão dispostas as políticas escolares. Se, como já está quase inquestionavelmente demonstrado, em um e em outro caso, pedagogia e política não estão, sozinhas, em condições de dominar a reconstrução do passado educacional, é entretanto, igualmente inquestionável que, sem a contribuição delas resulta precária a definição das linhas-mestras sobre as quais se apoiam não só as decisões políticas, mas às quais fazem referência também os costumes e as práticas ordinárias nos diversos períodos alternantes das relações entre a geração adulta e a juvenil.

REFERÊNCIAS

- AMBROSOLI, Luigi. **La Federazione Nazionale Insegnanti Scuola Media dalle origini al 1925**. Florença: La Nuova Italia, 1967.
- ASCENZI, Anna; SANI, Roberto (org.). **Il libro per la scuola nel ventennio fascista**. Macerata: Alfabetica, 2009.
- ASCENZI, Anna; SANI, Roberto (org.). **Il libro per la scuola tra idealismo e fascismo**. L'opera della Commissione centrale per l'esame dei libri di testo. Milão: Vita e Pensiero, 2005.
- BARAUSSE, Alberto (org.). **Il libro per la scuola dall'Unità al fascismo**. Macerata: Alfabetica, 2008.
- BARAUSSE, Alberto. **L'Unione Magistrale Nazionale**. Dalle origini al fascismo. 1901-1925. Brescia: La Scuola, 2002.
- BETTI, Carmen. **Percorsi del libro per la scuola fra Otto e Novecento**. La tradizione toscana e le nuove realtà del primo Novecento in Italia. Atti del Convegno. Firenze, Regione Toscana: Pagnini, 2004.
- BIANCHINI, Paolo. **Le origini delle materie**: discipline, programmi e manuali scolastici in Italia. Torino: Società editrice internazionale/Sei, 2010.
- BIANCHINI, Paolo. Libri e pratiche didattiche nel Piemonte del Settecento. In: CHIOSSO, Giorgio (org.). **Il libro per la scuola tra Sette e Ottocento**. Brescia: La Scuola, 2000. p. 58-60.
- BRAIDO, Pietro. Stili di educazione popolare cristiana alle soglie del 1848. In:

Pedagogia fra tradizione e innovazione. Studi in onore di Aldo Agazzi. Milano: Vita e Pensiero, 1979. p. 383-404.

CAMBI, Franco. **“La scuola di Firenze”**: da Codignola a Laporta (1950-1975). Napoli: Liguori, 1982.

CAMBI, Franco; ULIVIERI, Simonetta. **I silenzi nell’educazione.** Studi storico-pedagogici. Scandicci, Firenze: La Nuova Italia, 1994.

CHARNITZKY, Jürgen. **Fascismo e scuola.** La politica scolastica del regime (1922-1943). Scandicci, Firenze: La Nuova Italia, 1996. p. 294-308.

CHERVEL, André. L’histoire des disciplines scolaires. Réflexions sur un domaine de recherche. **Histoire de l’éducation**, n. 38, p. 59-119, 1988.

CHIOSSO, Giorgio (org.). **La stampa pedagogica e scolastica in Italia (1820-1943).** Brescia: La Scuola, 1997.

CHIOSSO, Giorgio (org.). **Teseo ‘900.** Editori scolastico-educativi del primo Novecento. Milão: Bibliografica, 2008.

CHIOSSO, Giorgio (org.). **Teseo.** Tipografi e editori scolastico-educativi dell’Ottocento. Milão: Bibliografica, 2003.

CHIOSSO, Giorgio. La stampa scolastica e l’avvento del fascismo. **History of Education & Children’s Literature**, III, 1, p. 257-282, 2008.

CHIOSSO, Giorgio. **Libri di scuola e mercato editoriali.** Dal primo Ottocento alla riforma Gentile. Milano: Franco Angeli, 2013. p. 19-82.

CHIOSSO, Giorgio; SANI, Roberto (org.). **Il Dizionario Biografico dell’Educazione.** Milão: Bibliografica, 2013. (2 volumes).

CHOPPIN, Alain. La manuel scolaire, une fausse évidence historique. **Histoire de l’Éducation**, n. 117, p. 7-56, 2008.

CHOPPIN, Alain. **Les manuels scolaires.** Histoire et actualité. Paris: Hachette Education, 1992.

CIVES, Giacomo. **Attivismo e antifascismo in Giuseppe Lombardo Radice.** Firenze: La Nuova Italia, 1983. p. 195-212.

D’ARCANGELI, Marco Antonio. **Verso una scienza dell’educazione.** La “Rivista Pedagogica” (1908-1939). Roma: Anicia, 2012.

D’ASCENZO, Mirella. Bologna in età liberale: tipografie vecchie e nuove e la casa editrice Zanichelli. In: CHIOSSO, Giorgio (org.). **Il libro per la scuola**

tra Sette e Ottocento. Brescia: La Scuola, 2004. p. 147-180.

ESCOLANO BENITO, Agustin. Etnohistoria e historia de la escuela. **Annali di storia dell'educazione e delle istituzioni scolastiche**, 12, p. 197-206, 2005.

GAUDIO, Angelo. L'educazione del popolo nei giornali piemontesi per la scuola. *In*: CHIOSSO, Giorgio (org.). **Scuola e stampa nel Risorgimento.** Giornali e riviste per l'educazione prima dell'Unità. Milano: Franco Angeli, 1989a. p. 25-55

GAUDIO, Angelo. La "Guida dell'Educatore" di Raffaello Lambruschini. *In*: CHIOSSO, Giorgio (org.). **Scuola e stampa nel Risorgimento.** Giornali e riviste per l'educazione prima dell'Unità. Milano: Franco Angeli, 1989b. p. 119-145.

GROSVENOR, Ian; LAWN, Martin; ROUSMANIERE, Kate. **Silences and image: the social history of the classroom.** New York: Peter Lang, 1999.

JULIA, Dominique. La culture scolaire comme objet historique. *In*: NÓVOA, Antonio; DEPAEPE, Marc; JOANNINGMEIER, Erwin V. (org.). The colonial experience in education: historical issues and perspectives. **Paedagogica Historica**, v. 31, p. 353-382, 1995.

MAMBRETTI, Angela Nava; SEMERARO, Angelo. **"La voce della scuola" (1944-1953).** Lecce, Argo: 1999.

MARAZZI, Elisa. **Libri per diventare italiani.** L'editoria per la scuola a Milano nel secondo Ottocento. Milano: Franco Angeli, 2014.

MEDA, Juri; MONTINO, Davide; SANI, Roberto. **School exercise books.** A complex source for a history of the approach to schooling and education in the 19th and 20th centuries. Florença: Polistampa, 2010. (2 volumes).

MIGLIORINI, Luigi Mascilli. **Una famiglia di editori.** I Morano e la cultura napoletana tra Otto e Novecento. Milano: Franco Angeli, 1999.

MONACO, Michele. **Guido Antonio Marcati.** Una vita per la scuola e per i maestri. Roma: Aracne, 2003.

OTTINO, Giuseppe. **La stampa periodica, il commercio dei libri e la tipografia in Italia.** Milano: Libreria Editrice G. Brigola, 1875.

PALAZZOLO, Maria Iolanda. **I tre occhi dell'editore.** Saggi di storia dell'editoria. Roma: Archivio Guido Izzi, 1990. p. 215-259.

PAZZAGLIA, Luciano. **Editrice La Scuola.** Catalogo storico. 1904-2004.

Brescia: La Scuola, 2004. p. 735-763.

PAZZAGLIA, Luciano. L'associazionismo magistrale cattolico: la vicenda della "Nicolò Tommaseo". In: PAZZAGLIA, Luciano (org.). **Cattolici, educazione e trasformazioni socio-culturali in Italia tra Otto e Novecento**. Brescia: La Scuola, 1999. p. 529-593.

PETTINI, Aldo. **Origini e sviluppo della cooperazione educativa in Italia**: dalla CTS al MCE, 1951-1958. Milano: Emme, 1980.

RAICICH, Marino. **Di grammatica in retorica**. Lingua, scuola, editoração nella Terza Italia (1996). Roma: Guido Izzi, 1996.

RAICICH, Marino. **Scuola, cultura e politica da De Sanctis a Gentile**. Pisa: Nistri-Lischi, 1981. p. 326-348.

SALVIATI, Carla Ida. **Libri per leggere, scrivere e far di conto**. Firenze: Giunti, 2007.

SANI, Roberto. **Le associazioni degli insegnanti cattolici nel secondo dopoguerra (1944-1958)**. Brescia: La Scuola, 1990.

SEMERARO, Angelo. **Il mito della riforma**. La parabola laica nella storia educativa della Repubblica. Firenze: La Nuova Italia, 1993.

VIÑAO FRAGO, Antonio. La historia de las disciplinas escolares. **Historia de la Educación**, v. 25, p. 243-269, 2006.

GIORGIO CHIOSSO é professor emérito de História da Pedagogia na *Università di Torino* (Unito), em Turim, Itália. Ensinou também na *Università Cattolica di Milano, Lecce e Padova*. Entre 1995 e 2012, foi consultor de numerosos ministros da Educação e responsável por projetos de pesquisa na *Fondazione per la Scuola della Compagnia di San Paolo di Torino*. É autor de numerosos ensaios sobre história da educação e da escola italiana (entre os mais recentes, *Alfabeti d'Italia* [2011] e *Libri di scuola e mercato editoriale* [2013]). Dirigiu importantes grupos de pesquisa sobre livros didáticos (1987-1997), sobre a editoração escolar no século XIX (1998-2003) e na primeira parte do século XX (2004-2008). Em 2013 publicou, em codireção com Roberto Sani, o *Dizionario Biografico dell'Educazione*. Fez parte do Comitê de Direção dos *Annali di storia dell'educazione e delle istituzioni scolastiche* e integra os Conselhos Científicos de numerosas revistas italianas e estrangeiras (entre as quais *Nuova Secondaria, History of*

Education & Children's Literature, Estudios sobre Educación, Scuola Democratica).

E-mail: teochiosso@hotmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-3112-1089>

Recebido em: 26 de junho de 2018

Aprovado em: 10 de janeiro de 2019



Revista História da Educação - RHE
Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação - Asphe
Artigo de acesso aberto distribuído nos termos de licença Creative Commons.